

Senado conclui votação da reforma do Judiciário

Depois de quatro anos de debate, o Senado aprova a maior mudança feita na Justiça brasileira desde a promulgação da Constituição de 1988



Roosevelt Pinheiro

Os senadores aprovaram inovações importantes, como a súmula vinculante, o controle externo do Judiciário, a quarentena dos juízes e a federalização dos crimes contra os direitos humanos, mantendo os principais pontos da proposta apresentada pelo relator, senador José Jorge. A maior parte do projeto será promulgada pelas Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados. O presidente do Senado, José Sarney, informou que será convocada sessão solene com essa finalidade. Alguns pontos ainda dependem de exame dos deputados, como a súmula impeditiva de recursos e o fim da nomeação de parentes de juízes para cargos em tribunais.

CONSENSO Em sessões que duraram mais de cinco horas, os senadores votaram ontem a proposta de emenda constitucional que muda Justiça

Páginas 3 e 4

Denunciada a contaminação de milhares de agentes de saúde

Página 5

CCJ muda desconto de contribuição sindical

Comissão de Justiça aprova projeto de Paulo Paim sustando portaria do ministro do Trabalho.

Página 6

Ministro sugere que infovia una universidades

Ministro Eduardo Campos defende utilização de redes de fibras óticas montadas pela Petrobras.

Página 6



Gerardo Magela

POTENCIAL O presidente vietnamita Tran Duc Luong, recebido por Sarney, destacou a importância do Brasil na América Latina



José Cruz

LAÇOS Ao presidente da República da Coreia, Roh Moo-Hyun, Sarney lembrou que o país é grande parceiro comercial do Brasil

Presidentes da Coreia do Sul e Vietnã visitam Congresso

Página 2

Presidentes da Coreia e do Vietnã no Senado



PARCEIROS O presidente do Senado, José Sarney, e o da Câmara, João Paulo Cunha, recebem o presidente da Coreia do Sul, Roh Moo-Hyun



COOPERAÇÃO O presidente do Senado cumprimenta o presidente do Vietnã, Tran Duc Luong, em recepção no Salão Nobre da Casa

Sarney: discussão interna do PMDB não afeta votações

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que o trabalho da Casa não será afetado pelo debate sobre a posição do PMDB com relação ao governo: "Estamos votando normalmente e esperamos terminar o ano com um bom trabalho".

O senador informou que vários diretórios estariam pedindo o adiamento da convenção nacional prevista para dezembro, que decidiria sobre a permanência do partido na base governista. Sarney também defendeu essa posição.

– O adiamento é prudente. A questão não está madura para ser decidida em convenção. Acho que essa decisão não deveria ser tomada – afirmou o senador.

Agenda

Plenário analisa propostas de emendas constitucionais

Na sessão de hoje, às 14h30, podem ser votadas duas propostas de emendas constitucionais (PECs): a primeira aumenta o prazo de vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e a segunda obriga o pagamento em espécie das obrigações devidas aos idosos, sem a expedição de precatórios (PECs 29/02 e 1/03, respectivamente).

Parcerias público-privadas

O projeto (PLC 10/04) que regulamenta a contratação e a licitação de parcerias público-privadas (PPPs) deve ser votado hoje por duas comissões da Casa: a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne às 10h, e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 11h. Se for aprovada nos dois colegiados, a matéria estará pronta para análise do Plenário.



Reunião da CMO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) discute amanhã, a partir das 10h, requerimentos, avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias em obras públicas e projetos que liberam créditos suplementares do Orçamento para ministérios.

Mercosul discute Nafta

A Comissão Mista do Mercosul promove hoje, às 15h, a palestra "México: o custo econômico e social do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta)", com a professora da Universidade Nacional Autônoma do México Irma Portos Pérez.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

■ José Sarney ressalta importância econômica e diplomática da visita dos dois mandatários

Os presidentes da República da Coreia, Roh Moo-Hyun, e do Vietnã, Tran Duc Luong, foram recepcionados ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, e pelo presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, no Salão Nobre da Casa. Para Moo-Hyun, que visitou o Senado na parte da manhã, Sarney ressaltou a importância da viagem, assinalando que a Coreia do Sul já é o terceiro parceiro comercial do Brasil na Ásia, com negócios que movimentam cerca de US\$ 2,5 bilhões ao ano. À tarde, o presidente vietnamita lembrou a Sarney os 15 anos do estabelecimento de relações entre seu país e o Brasil.

Sarney disse ao presidente coreano que a colônia de seu país no Brasil é "bastante expressiva", e que os investimentos das empresas coreanas são muito significativos para nossa economia. O presidente da Coreia do Sul sugeriu que caberá aos parlamentares dos dois países "o grande papel de trabalhar para criar um ambiente mais favorável à expansão desse mercado".

O presidente da Coreia recebeu de Sarney um exemplar da edição coreana de seu romance *Saraminda*.

O presidente vietnamita Tran Duc Luong ressaltou o papel do Brasil na América Latina e no Mercosul, enfatizando o potencial brasileiro para construir um grande futuro. Ele elogiou o programa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de combate à fome e convidou o presidente do Senado para visitar o Vietnã.

Sarney afirmou que o Vietnã é uma referência muito importante para o Brasil na Ásia. Disse que a cooperação existente entre os dois países vai se fortalecer e destacou o papel dos grupos de estudos parlamentares Brasil/Vietnã.

Participaram da solenidade o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Eduardo Suplicy (PT-SP), Jefferson Péres (PDT-AM), Aloizio Mercadante (PT-SP), Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), Ney Sussana (PMDB-PB) e Augusto Botelho (PDT-RR).

Senado aprova a emenda de reforma do Judiciário

■ Maior parte da PEC será agora promulgada, para integrar o texto constitucional

O Senado aprovou ontem, depois de quatro anos de discussão na Casa, a maior reforma feita no Judiciário brasileiro desde a promulgação da Constituição de 1988. Após mais de cinco horas de debate, os senadores votaram os dois turnos e mantiveram os principais pontos da proposta apresentada pelo relator, senador José Jorge (PFL-PE). Com isso, passarão a constar do texto constitucional inovações como a súmula vinculante e o controle externo do Judiciário.

Com a aprovação, a maior parte da proposta do Judiciário será promulgada pelas Mesas

do Senado e da Câmara dos Deputados. O presidente do Senado, José Sarney, informou que será convocada sessão solene do Congresso com essa finalidade. Outra parte ainda depende de apreciação dos deputados, por se tratar de alterações feitas pelos senadores, como a súmula impeditiva de recursos e o fim da nomeação de parentes de juizes para cargos em tribunais.

– A reforma do Judiciário é fruto de um trabalho extraordinário. Prestamos um grande serviço à nação – afirmou Sarney, ao encerrar a sessão.

Para que a votação fosse finalizada ontem, os líderes partidários apresentaram um requerimento, após a conclusão do primeiro turno, para a imediata realização das três sessões do segundo turno, procedimento que foi aprovado no Plenário, mesmo com críticas

dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Heloísa Helena (PSOL-AL).

Os senadores foram unânimes em ressaltar a qualidade do trabalho do relator José Jorge e do presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Edison Lobão (PFL-MA).

Como alguns dos dispositivos da reforma precisam ser regulamentados por lei ordinária, o Congresso deverá instalar comissão especial mista para elaborar, em seis meses, os respectivos projetos de lei.

Durante a votação dos destaques, um dos pontos de maior debate foi a instituição da súmula vinculante para decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). Foram rejeitadas pelo Plenário emendas dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Heloísa Helena retirando esse dispositivo da proposta.



DECISÃO Ontem, após concluir exame de emendas destacadas, Plenário realizou o segundo e último turno de votação

Apenas 13 destaques foram aceitos pelos senadores

Apenas 13 dos 165 destaques apresentados à reforma do Judiciário foram aprovados, todos na sessão da última terça-feira. O mais importante deles foi apresentado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) e suprimiu a proibição de que as entidades de direito público possam se valer do juízo arbitral, em vez de uma decisão judicial, geralmente mais demorada. Outro destaque importante, de iniciativa da líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC),

inclui o Conselho Nacional de Justiça na estrutura do Poder Judiciário.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ofereceu destaques para que questionamentos sobre leis e atos de governos locais sejam submetidos à avaliação do Supremo Tribunal Federal (STF), evitando passar pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Também mereceu aprovação destaque de José Agripino (PFL-RN) para que o requerente de recurso especial junto ao

STF demonstre a repercussão geral das questões constitucionais discutidas.

Por sugestão de Demostenes Torres (PFL-GO) foi alterado o nome do chefe dos Ministérios Públicos estaduais, que passará a se chamar promotor-geral de Justiça. Uma única mudança foi feita na parte da reforma que retorna à Câmara dos Deputados. Trata-se de destaque de iniciativa de Heráclito Fortes (PFL-PI) permitindo a interpretação de lei federal pelo STJ.

O que será promulgado

Súmula vinculante	Instrumento pelo qual uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), aprovada por oito dos seus membros, terá que ser obrigatoriamente seguida por todo o Poder Judiciário. A medida é voltada, principalmente, para os juizes de primeira instância (federal ou estadual), que terão que seguir as posições adotadas pelo Supremo.
Conselho Nacional de Justiça	Órgão que executará o controle externo do Judiciário. Será composto por 15 integrantes, sendo 11 oriundos do Poder Judiciário e do Ministério Público, dois indicados pelo Congresso Nacional e dois advogados. Entre as atribuições do conselho, que integrará a estrutura do Judiciário, está a de receber reclamações e denúncias contra juizes e servidores, podendo aplicar sanções disciplinares, como remoção ou aposentadoria.
Conselho Nacional do Ministério Público	Instância similar ao Conselho Nacional de Justiça, só que voltada para as ações de procuradores da República. Será composto por 14 membros.
Justiça do Trabalho	O Tribunal Superior do Trabalho (TST) vai ganhar dez novos ministros, subindo para 27 o número de magistrados. Também cresce o número de ações que poderão ser julgadas na Justiça do Trabalho, como <i>habeas corpus</i> e penalidades administrativas. A reforma prevê ainda que juizes de Direito poderão atuar como juizes do Trabalho em locais não cobertos por vara trabalhista.
Número de juizes	A quantidade de juizes deverá levar em conta a demanda judicial local. Ou seja, o número de magistrados deve aumentar, principalmente nos lugares onde as disputas judiciais são maiores.
Quarentena	Juizes, desembargadores e procuradores não poderão exercer a advocacia após a aposentadoria ou exoneração, nos locais onde trabalharam, antes de decorridos três anos. Hoje é comum um juiz se aposentar e atuar como advogado no mesmo fórum em que exercia o juízo.
Carreira	A promoção de procuradores e juizes levará em conta o critério de produtividade (número de ações ajuizadas ou julgadas no ano) na comarca onde estiverem trabalhando. Além disso, o ingresso na carreira exigirá experiência mínima de três anos em atividade jurídica.
Defensorias públicas	Terão autonomia funcional e administrativa nos estados, podendo inclusive apresentar proposta orçamentária própria, como ocorre com o Poder Judiciário. Cabe aos defensores públicos defender, perante os tribunais, pessoas reconhecidamente pobres, sem condições de arcar com os custos de um processo judicial.
Tribunais de Alçada	Serão extintos e seus membros passarão a integrar os tribunais de Justiça estaduais. Atualmente, São Paulo e Paraná mantêm tribunais de Alçada, responsáveis pelo julgamento de causas de menor importância.
Federalização de crimes contra direitos humanos	Os crimes contra direitos humanos, como tortura e homicídio praticado por grupo de extermínio, poderão ser julgados pela Justiça Federal, desde que o procurador-geral da República manifeste interesse perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Atualmente, a maior parte desses tipos de crime é julgada em tribunais de júri, na esfera estadual.
Justiça itinerante	Os tribunais estaduais e federais poderão instituir a chamada "Justiça itinerante", que vai levar atendimento judiciário até o cidadão, principalmente em locais onde o acesso ao sistema judiciário é mais difícil, como favelas ou pequenas cidades.

O que vai à Câmara

Súmula impeditiva de recursos	O relator José Jorge (PFL-PE) propôs a adoção desse dispositivo pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). Por meio dele, os tribunais poderão editar súmulas que, a partir da sua publicação, impedirão a apelação através de recursos. Assim, se em um julgamento a decisão do juiz for idêntica à súmula editada pelo STJ e TST, não será possível apelar da decisão. Para se tornarem impeditivas, as súmulas terão que ser aprovadas por dois terços dos membros de cada tribunal.
Proibição de nomear parentes	A proposta do relator é que juizados e tribunais sejam impedidos de contratar ou nomear no seu âmbito, para cargos comissionados, cônjuge, companheiro ou parente em até segundo grau de juizes. A regra também vale para servidores concursados, que não poderão ser designados para trabalhar junto com o juiz parente.
Composição do Supremo Tribunal Militar (STM)	A Câmara havia reduzido o número de membros do STM dos atuais 15 para apenas nove. Os senadores elevaram o número para 11.
Juizados de instrução criminal	Esta é uma inovação, incluída no texto por iniciativa dos senadores. Os juizados de instrução outorgam a uma mesma pessoa (juiz), simultaneamente, as tarefas de investigar e julgar. Uma lei deverá definir que tipos de crimes poderão ser julgados nessas instâncias.

Maior rigor para crimes contra os direitos humanos

Federalização desses delitos decorrerá de obrigações previstas em tratados internacionais

Com a rejeição de um destaque, os senadores mantiveram ontem a federalização dos crimes por violação dos direitos humanos, como foi proposto pelo relator, senador José Jorge (PFL-PE). Autor desse e de mais cinco destaques à proposta de reforma do Judiciário, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) teve outra sugestão sua rejeitada, e concordou em retirar as demais.

Mesmo com as ponderações do autor e do presidente do Senado, José Sarney, de que a falta de juízes federais poderá dificultar a aplicação do novo dispositivo constitucional, a federalização foi mantida. O relator e o líder do governo,

José Jorge diz que súmula vinculante é pilar da reforma

O Plenário do Senado rejeitou emendas dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Heloísa Helena (PSOL-AL), mantendo o efeito vinculante no texto da reforma do Judiciário. O texto que será promulgado pelo Congresso Nacional estabelece que o Supremo Tribunal Federal poderá, mediante decisão de dois terços de seus membros, e após reiteradas decisões sobre uma matéria, aprovar súmula com efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário.

A manutenção do efeito vinculante teve 51 votos favoráveis e apenas quatro contrários e, na avaliação do relator José Jorge (PFL-PE), é um dos principais pilares da reforma do Judiciário.

Os senadores também mantiveram a extinção dos Tribunais de Alçada de São Paulo e Paraná – últimos remanescentes desse tipo de corte.

senador Aloizio Mercadante (PT-SP), observaram que esse deslocamento de competência não ocorrerá para qualquer crime por violação dos direitos humanos, mas naqueles previstos em obrigações decorrentes de tratados internacionais. Nesses casos, o procurador-geral da República poderá pedir ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) o deslocamento de competência para a Justiça Federal.

Defensorias

Outro destaque de Antero rejeitado pelo Plenário (DVS 1.087) foi o que trata das defensorias públicas estaduais. A votação manteve a autonomia dessas instituições, garantindo sua instalação imediatamente após a promulgação dessa parte da reforma do Judiciário, como explicou Mercadante. O relator disse que as defensorias públicas da União e do Distrito Federal constam do texto da proposta que voltará ao crivo



AVANÇO Relator José Jorge afirma que instituição da súmula vinculante para decisões do STF é um dos pilares da reforma do Poder Judiciário

da Câmara dos Deputados.

Com o acordo para a votação por autor, o Plenário examinou, logo após os destaques de Antero, os dois destaques apresentados pelo líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM). A proposta de deixar a inadmissibilidade de recursos especiais para o Regimento Interno do STJ foi rejeitada (DSV 1.026), e mantido o texto do relator, que prevê uma lei específica para

tal finalidade.

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), defendeu a necessidade de uma lei para não deixar nas mãos do próprio Poder Judiciário a decisão sobre a admissão ou não dos recursos especiais.

Arthur Virgílio retirou o outro destaque que apresentou, que tratava da composição do Tribunal Superior do Trabalho (TST).



INICIATIVA Demostenes concordou em retirar destaque para que relator oferecesse nova emenda

Composição de tribunais eleitorais não terá mudanças

A composição dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), alterada pela Câmara na proposta de reforma do Judiciário, foi novamente modificada durante a votação no Senado. O Plenário decidiu manter a forma prevista atualmente na Constituição.

O quadro atual dos TREs é integrado por dois desembar-

gadores estaduais, dois juízes de primeira instância, dois advogados e um juiz federal. A Câmara colocou um juiz federal a mais e retirou um desembargador estadual.

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) havia apresentado requerimento para votação em separado da nova redação aprovada pela Câmara para o artigo 120 da Constituição. O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), advertiu que o requerimento, ao contrário do que ele defendia, mantinha o texto dos deputados.

Mercadante propôs que Demostenes retirasse seu destaque para que o relator da matéria, senador José Jorge (PFL-PE), apresentasse novo destaque, votando o texto do Senado em confronto com o texto atual da Constituição. Demostenes concordou, assim como o relator, único que poderia oferecer novo destaque.

Ao final da votação da manhã, o relator apresentou requerimento destacando o artigo 120. A matéria foi rejeitada, com 17 votos a favor, 2 abstenções e 46 votos contrários.

Proposta de autonomia, de Jefferson Péres, é rejeitada

O Senado rejeitou o destaque proposto pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) à proposta de reforma do Judiciário que garantia às procuradorias gerais dos estados e do Distrito Federal autonomia orçamentária, funcional e administrativa, nos mesmos termos garantidos às defensorias públicas. O relator argumentou que esse dispositivo do projeto havia sido debatido exaustivamente nas comissões temáticas e que houve entendimento de que essa era uma discussão a ser tratada posteriormente.

Jefferson Péres defendeu sua proposta com o argumento de que as procuradorias não são órgãos dos governos, mas dos estados, e que a autonomia iria corrigir várias distorções e devolver a motivação que lhes daria os mesmos direitos assegurados aos procuradores da União e aos defensores públicos.

Votação encerra 12 anos de tramitação no Congresso

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera a estrutura do Poder Judiciário estava no Congresso Nacional há 12 anos. Ao todo, 17 PECs sobre o mesmo assunto tramitavam em conjunto no Senado desde o ano 2000. Além das sessões para deliberação da matéria, os senadores realizaram 14 audiências públicas para discutir o tema, com participação de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e de todos os demais tribunais superiores, bem como da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e entidades representativas de magistrados e do Ministério Público.

O primeiro relator da matéria foi o então presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o ex-senador Bernardo Cabral, que avocou para si o exame da proposta, considerada de extrema importância. Cabral apresentou dois pareceres favoráveis, ambos aprovados pela CCJ.

No primeiro exame pela comissão, a proposta recebeu 106 emendas. Em Plenário, foram apresentadas outras 133 emendas. Todas foram examinadas por Bernardo Cabral, mas seu esforço foi inútil. Além disso, ele não se reelegeu e houve uma renovação de 50% na composição do Senado.

Reexame

A decisão de retomar o exame da PEC foi anunciada pelo presidente José Sarney logo após sua posse, em fevereiro de 2003, e aprovada por unanimidade em Plenário. Na ocasião, Sarney disse que a complexidade do tema e o número expressivo de emendas já apresentadas à proposta justificavam o reexame.

Ao se despedir do Senado, Cabral fez um desabafo. Para ele, "ao invés de elevar-se o percentual do debate, de forma racional, se fez o pior: ficou reduzida a zero a taxa de responsabilidade na discussão das profundas e preocupantes questões que afligem o Judiciário".

O relator final da matéria, senador José Jorge (PFL-PE), transformou as 17 PECs em outras quatro, duas delas aprovadas ontem em segundo turno no Senado: a primeira traz os pontos não alterados pela Casa e vai à promulgação; a segunda volta à Câmara para o reexame, pelos deputados, dos pontos modificados pelos senadores.

O relator apresentou ainda duas novas PECs, que não foram votadas no Senado. A primeira modifica o pagamento de precatórios, permitindo o parcelamento em até dez anos. A outra PEC determina que uma lei instituirá juizados de instrução criminal para as infrações penais nela definidas.

Punição por danos à saúde de mata-mosquitos

■ Relatório denuncia que milhares de agentes contaminados por inseticidas foram demitidos em 1999

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem relatório da Subcomissão Temporária da Saúde denunciando a intoxicação de milhares de agentes de saúde, também chamados de mata-mosquitos. Eles atuaram na aplicação de inseticidas no combate a endemias, em particular a dengue, e foram demitidos pelo governo em 1999, sem indenização. O parecer, de autoria do senador Mão Santa (PMDB-PI), vai agora a votação no Plenário.

O documento solicita o envio das denúncias ao Ministério Público da União, ao Ministério da Saúde e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvi-



RIGOR Parecer enviado pela CAS à votação do Plenário pede adoção de penalidades contra responsáveis pela intoxicação

sa) para que sejam tomadas as providências civis, penais e administrativas cabíveis. A presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), enalteceu o relatório, enquanto o senador Flávio Arns (PT-PR) cobrou a punição dos responsáveis.

O parecer foi baseado na audiência pública promovida pela subcomissão em junho último, quando médicos e técnicos

denunciaram a intoxicação de inúmeros mata-mosquitos por organofosforados, DDT, Malathion e outros produtos.

Na mesma reunião, a CAS aprovou dois requerimentos de Lúcia Vânia convidando os ministros da Saúde, Humberto Costa, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, para discutir as respectivas necessidades

orçamentárias de ambos os ministérios para 2005.

Também foi aprovado pedido de Osmar Dias (PDT-PR) para audiência com o diretor-presidente da Anvisa. Outro requerimento acolhido, de Ideli Salvatti (PT-SC), solicita à Comissão de Justiça que se manifeste sobre a juridicidade de projeto relacionado à atividade do psicólogo (PLS 77/03).

Juvêncio lamenta ausência do país em foro ambiental

O presidente da Subcomissão Permanente do Meio Ambiente, senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), lamentou que o governo brasileiro tenha se recusado a participar do encontro internacional, a ser realizado no próximo ano em Aichi, no Japão, que debaterá a questão ambiental e a sociedade urbana industrial. Para ele, o Brasil perderá grande oportunidade de expor ao mundo que realiza um esforço para se desenvolver de forma sustentável.

Juvêncio estranhou a argumentação de autoridades brasileiras de que o governo "não teve tempo suficiente" para preparar a participação brasileira no evento e que os custos seriam incompatíveis com a realidade econômico-financeira do país.

As afirmações foram feitas

ontem, pelo senador, durante audiência pública que reuniu representantes do Ministério do Meio Ambiente – Fernando Lírío, diretor da Assessoria Internacional da pasta, e Sílvio Botelho, chefe de gabinete – e o responsável pela Divisão de Feiras e Turismo do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Antônio José Maria de Souza e Silva.

Para o embaixador, a participação brasileira custaria em torno de R\$ 100 milhões, o que considerou um valor elevado para o país. Juvêncio concordou, mas salientou que o Brasil poderia participar do encontro com um projeto mais barato. Já Flávio Arns (PT-PR) lembrou a importância de se levar a imagem do país ao exterior, desde que os custos sejam compatíveis com a realidade nacional.



ATRIBUIÇÃO Ana Júlia Carepa (de pé) foi eleita presidente do colegiado que vai acompanhar investigação de fraudes em licitações nos estados

Instalada a subcomissão sobre Operação Pororoca

Com o objetivo de acompanhar o prosseguimento das investigações da Polícia Federal (PF) na chamada Operação Pororoca, foi instalada ontem, no Senado, uma subcomissão temporária vinculada à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC). Para a presidência do colegiado foi eleita a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA).

O senador César Borges (PFL-BA) foi escolhido vice-presidente da subcomissão e o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) eleito relator. A chamada Operação Pororoca investiga fraudes em licitações em vários estados e já resultou em prisões de empresários, autoridades e políticos.

Na mesma reunião, a Comissão de Fiscalização e Controle, presidida pelo senador Ney

Suassuna (PMDB-PB), decidiu pelo arquivamento da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em obras sob a responsabilidade da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp). A matéria teve como relator o senador Luiz Otávio (PMDB-PA).

Outro item aprovado pelos senadores da comissão foi o Aviso 167 do TCU, encaminhando o relatório de auditoria e a decisão daquela Corte sobre atuação do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) na área de irrigação. O parecer acolhido, apresentado pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES), solicita informações e a realização de uma reavaliação dos resultados dos programas de irrigação a cargo da autarquia.

Angra 3 e Alcântara geram audiência

A necessidade de construção da usina nuclear Angra 3 será tema de audiência pública, em data ainda a ser marcada, da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, ligada à Comissão de Educação (CE). Requerimento nesse sentido, apresentado pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG), presidente do colegiado, foi aprovado ontem pela subcomissão.

Serão convidados para debater o assunto o ministro de Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos; o diretor-presidente da Eletrobrás Termonuclear (Eletronuclear), Zieli Dutra Thomé Filho; o secretário de Meio Ambiente de São Paulo, José Goldenberg; o professor Rogério César de Cerqueira Leite, da Universidade de Campinas (Unicamp); e o ex-presidente da Eletrobrás Luís Pinguelli Rosa.

Novo acordo

Outro requerimento aprovado pela subcomissão, também de autoria de Hélio Costa, determina a realização de audiência pública sobre a utilização da Base de Alcântara por outros países. Deverão ser convidados a participar da audiência o ministro da Defesa, vice-presidente da República José Alencar, e o ministro Eduardo Campos.

Na justificativa do requerimento, Hélio Costa recordou que o ex-ministro José Viegas informou, ao deixar o cargo, que já existe um novo texto de acordo com os Estados Unidos para a utilização da Base de Alcântara. O senador disse não ter obtido, até agora, nenhuma informação a respeito.



DESPESAS Presidida por Juvêncio da Fonseca (segundo à direita), Subcomissão do Meio Ambiente ouviu explicações do governo sobre não comparecimento



INFORMAÇÃO Hélio Costa diz que ainda não tomou conhecimento do novo texto de acordo com os EUA

CCJ muda desconto de contribuição sindical

■ Projeto que suspende portaria do Ministério do Trabalho será votado agora pelo Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de decreto legislativo do senador Paulo Paim (PT-RS) que susta portaria do ministro do Trabalho sobre o desconto, em folha de pagamento de salário, das contribuições instituídas pelos sindicatos. A proposição (PDS 1125/04) será agora avaliada pelo Plenário. A CCJ volta a reunir-se hoje para votar projeto de lei que estabelece que os trabalhadores não associados aos sindicatos não poderão pagar mais de 1,5% do salário anual a título de contribuição.

A portaria disciplina a cobrança, por parte dos sindicatos, das contribuições instituídas em assembléia-geral da categoria. O documento determina que tais contribuições são obrigatórias apenas para os empregados sindicalizados.

Segundo o relator do projeto, senador José Jorge (PFL-PE), além de inadequada, a portaria “vem gerando um efeito devastador sobre a cobrança daquelas contribuições”. Já o autor do projeto, senador Paulo Paim (PT-RS), argumentou que não compete ao ministro disciplinar a matéria, “exorbitando a competência da autoridade ministerial”.



INADEQUAÇÃO Paulo Paim (D), autor do projeto, ao lado de Edison Lobão e João Alberto, diz que não compete ao ministro do Trabalho disciplinar a matéria

Consumidor poderá exigir recibo de quitação de faturas

Em decisão terminativa, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei do senador Almeida Lima (PDT-SE), com três emendas do relator, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que obriga as pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos e de serviços de educação a emitir ao usuário declaração de quitação anual das faturas.

De acordo com o texto acolhido, a quitação anual abrange as faturas de janeiro a dezembro do ano anterior, desde que tenha havido faturamento. O

usuário só terá direito se quitar todas as faturas mensais. A declaração de quitação anual deverá ser encaminhada ao usuário por ocasião do envio da fatura a vencer no mês de março do ano seguinte ou no mês subsequente à completa quitação das faturas do ano anterior ou anos anteriores.

Na justificativa da proposta, Almeida Lima disse que pretende facilitar a vida dos consumidores de serviços públicos: “Trata-se de desobrigar o cidadão de guardar um exagerado número de papéis comprobatórios durante cinco anos”.

Comissão cria nova regra para evitar a dupla filiação

Projeto de lei do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que altera a Lei Orgânica dos Partidos Políticos para estabelecer regras claras sobre a dupla filiação foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

O projeto (PLS 60/03) acrescenta um quinto caso à relação das hipóteses de cancelamento imediato da filiação partidária: o desligamento voluntário. Esse cancelamento se dará em caso de morte, perda dos direitos políticos, expulsão e outras formas previstas no estatuto,

com comunicação obrigatória ao atingido no prazo de 48 horas.

A proposta altera outro dispositivo da lei para exigir do filiado a outro partido a comunicação do desligamento ao antigo partido e ao juiz de sua zona eleitoral, no prazo máximo de 30 dias após a nova filiação.

A Lei Orgânica exige o envio, duas vezes por ano, pelos partidos, da relação de filiados aos juizes eleitorais. Caso não ocorra essa comunicação, permanecem válidas as últimas relações de filiados enviadas.



Senador Tião Viana (PT-AC) compareceu ontem à cerimônia de inscrição do nome de José Plácido de Castro (1873-1908), conhecido como Libertador do Acre, no Livro dos Heróis da Pátria, que fica exposto no Panteão da Pátria e da Liberdade, na Praça dos Três Poderes. A inscrição ocorreu por iniciativa

de Tião Viana, que apresentou em 2000 projeto de lei nesse sentido. Também esteve presente o governador do Acre, Jorge Viana (PT).

Gaúcho, Plácido de Castro liderou a Revolução Acreana em 1902, um movimento de luta armada de seringueiros e índios contra a dominação estrangeira na região.

Ministro sugere estender infovia para todo o país

As redes de fibras óticas já montadas pela Petrobras e por empresas de distribuição de energia poderão ser utilizadas para estender a todas as universidades federais do país a infovia de alta velocidade que une, atualmente, instituições de ensino superior localizadas na região entre Campinas (SP) e Petrópolis (RJ).

A iniciativa está prevista em emenda ao Orçamento da União de 2005, no valor de R\$ 115 milhões, sugerida ontem à Comissão de Educação (CE) pelo ministro de Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos. Ele pediu ainda o apoio da comissão a uma outra emenda,

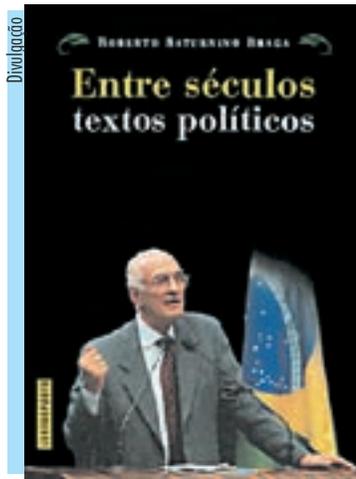
de R\$ 68 milhões, que beneficia o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

De acordo com o ministro, a aprovação da emenda poderá viabilizar a construção de redes lógicas dentro das unidades federais e a extensão da atual infovia de alta velocidade a todo o país.

O presidente da comissão, senador Osmar Dias (PDT-PR), disse esperar que a pasta encaminhe suas prioridades à CE, pois seria melhor que as emendas da comissão estivessem “sintonizadas” com os programas desenvolvidos pelo ministério.



MODERNIDADE Eduardo Campos pede apoio da comissão para aprovar emenda



Saturnino lança livro sobre história política brasileira

Parte da história política brasileira dos últimos 50 anos, retratada em seis ensaios, foi resgatada no livro *Entre séculos – textos políticos*, lançado na noite de ontem pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ), na Biblioteca do Senado.

O presidente da Casa, José Sarney, esteve presente ao lançamento, quando declarou que Saturnino é um dos melhores homens públicos do país. "E, aqui no Senado, ele con-

tribuiu com sua inteligência, sua cultura, sua visão, mas não se limitou a falar, também produziu livros do maior significado", afirmou Sarney.

O primeiro-secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), também elogiou a obra de Saturnino, dizendo tratar-se de valioso testemunho das últimas cinco décadas da história política brasileira e de extremo valor para estudiosos e para o público em geral.

O império do mercado sobre os valores humanísticos, as razões que tornam o ideal socialista imorredouro e a discussão entre ética e política são alguns dos temas abordados nas 144 páginas do livro, que Saturnino autografou ao lado da esposa, Eliana Saturnino Braga.

Em seus ensaios, o senador, que já está em seu terceiro mandato, também analisa perspectivas de futuro, como o desafio colocado

ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Saturnino avalia os perigos de uma possível frustração que poderá ocorrer devido à grande expectativa criada pela história de vida e de luta do presidente.

– Lula tem que enfrentar o mercado porque as conseqüências de uma atitude fraca significarão a perda de uma oportunidade sentida pela massa de gente que votou nele – ressaltou Saturnino.

STF garante mandato de Capiberibe até julgamento

O senador João Capiberibe e sua esposa, a deputada Janete Capiberibe, ambos do PSB do Amapá, poderão permanecer nos cargos até o julgamento final do processo que cassou seus mandatos, de acordo com medida cautelar concedida ontem pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em seu despacho, o ministro Eros Grau, que concedeu a liminar, questiona a constitucionalidade do artigo que trata do sufrágio dos votos.

De acordo com o despacho, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já recusou denúncias relacionadas ao artigo 41-A da Lei 9.504/97 exatamente por não existirem provas que vinculem candidatos aos benefícios denunciados em troca de votos. Diante disso, a jurisprudência do TSE seria desprezada, conforme o ministro, trazendo ameaça à legitimidade dos mandatos, que poderiam ser desfeitos sem prova produzida.

O presidente interino do TSE, ministro Carlos Velloso, havia negado efeito suspensivo aos parlamentares e comunicado ao Tribunal Regional Eleitoral do Amapá a decisão. No entanto, para Eros Grau a deliberação acarretaria prejuízos ao casal Capiberibe e decidiu que a cautelar permanecerá até que termine o julgamento no STF.



DIREITO Capiberibe permanece no cargo enquanto aguarda fim do julgamento do processo de cassação

Suassuna apresenta defesa contra denúncia de jornal

■ Senador entregou a Sarney e à CPI do Banestado documento que refuta acusação de envio ilegal de dinheiro

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) levou ontem ao gabinete da Presidência do Senado uma lista de documentos que amparam sua defesa contra as matérias jornalísticas que o envolveram com remessa ilegal de dinheiro para o exterior. No momento da entrega dos documentos, reuniam-se com Sarney o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, o presidente da CPI do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), e o relator da CPI, deputado José Mentor (PT-SP).

– Aproveitei a oportunidade para entregar ao relator meu extrato bancário, a abertura



INQUÉRITO Suassuna anuncia que pedirá à Comissão de Ética apuração sobre vazamento de informações

de conta, o Imposto de Renda da minha empresa, de 2000 a 2004, e o contrato de empréstimo, para mostrar que não saiu dinheiro daqui para canto nenhum. Pelo contrário, veio dinheiro de fora para cá – afirmou Suassuna.

Ele informou que também entregou ao presidente da CPI um relatório e pediu-lhe que abra inquérito administrativo

para investigar o vazamento de informações da CPI do Banestado, "porque isso é um crime". Suassuna anunciou ainda que dali seguiria para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para entregar cópias dos mesmos documentos e pedir a apuração do vazamento de informações, "porque isso é uma quebra da confiabilidade da CPI e como tal só presta um desserviço à CPI e ao Congresso".

Apuração

Suassuna pediu transparência, assim como a punição dos que estão usando a CPI para fins políticos.

– Toda pessoa é inocente até que se prove o contrário. Eu lamento porque, no meu caso específico, fui jogado como se estivesse fazendo algo ilícito. Eu fiz empréstimo no exterior e trouxe o dinheiro para cá. Está aqui o contrato – afirmou ele, mostrando os documentos.

Suplicy apóia permanência de Carlos Lessa no BNDES

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a permanência no cargo do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, por considerar saudável que haja divergências de opinião sobre questões econômicas, dentro da equipe governamental. Para ele, a maneira franca com que Lessa expressa suas opiniões reflete, apenas, sua condição de especialista e profundo conhecedor da economia brasileira.

Suplicy fez questão de dizer que Lessa não foi indicação sua para integrar o governo, mas observou que, diante das pressões para sua saída, sentia-

se na obrigação de defendê-lo "por entender que está fazendo um ótimo trabalho à frente do BNDES, com uma atitude séria e conhecimentos profundos sobre desenvolvimento econômico e social".

O senador leu manifesto de apoio a Lessa, encabeçado por representantes de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa, bem como por parlamentares de vários partidos. O manifesto, disse Suplicy, aplaude a gestão de Lessa, que firmou o BNDES como banco público de fomento, reconduzindo-o ao seu papel estratégico de financiador pú-



ELOGIO De acordo com Suplicy, Lessa "está fazendo um ótimo trabalho" à frente do banco

blico do desenvolvimento.

Em aparte, o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) observou "ver com apreensão" as tentativas de tirar Carlos Lessa do comando do BNDES. Para ele, a atual gestão é positiva para a indústria brasileira e para o capital de qualquer bandeira que gere empregos e desenvolvimento no país.



REUNIÃO Azeredo quer debater situação das estradas brasileiras e uso dos recursos do Orçamento

Azeredo propõe convite a ministro dos Transportes

O ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, deve discutir a situação das estradas brasileiras em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos, de Serviços de Infra-Estrutura e de Fiscalização e Controle. O requerimento foi apresentado pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que critica o governo "por ter gasto apenas 6% do Orçamento, paralisado parcerias e guardado o dinheiro da Cide".

Exposição mostra o Senado e seus presidentes

Como parte da programação de comemoração dos 115 anos da Proclamação da República, o Senado e o Conselho Federal de Administração abriram na noite de ontem, no Espaço Cultural do Administrador, a exposição "O Senado e seus Presidentes – Império e República", baseada no livro de autoria do diretor-geral do Senado, Agacieli da Silva Maia.

Contando com painéis que destacam a trajetória dos presidentes da Casa, a exposição pode ser visitada até 10 de dezembro, das 10h às 12h e das 14h às 17h, nos dias úteis. Visitas guiadas para grupos de estudantes podem ser agendadas pelo telefone (61)218-1825.



PREJUÍZO Virgílio adverte que entendimentos permitirão "criar empregos na China, não no Brasil"

Considerar China economia de mercado prejudica o Brasil, diz Virgílio

Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou ontem em Plenário que o fato de o presidente Lula ter prometido reconhecer a China como economia de mercado junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) pode ser considerado "um crime de lesa-pátria".

– Quando o Brasil trabalhava

números para exportações em relação à China, usava preços da Indonésia, país de livre mercado. Agora, terá que tomar como base o mercado doméstico chinês, onde os preços são subsidiados – disse.

Ao reconhecer aquele país como economia de mercado, Lula criará "10 milhões de empregos na China,

não no Brasil", observou o senador.

Respeito à oposição

Virgílio pediu que o governo tenha respeito com a oposição e destacou que Leonel Pavan (PSDB-SC) não pode ser chamado "senador da bengala". Ele assinalou que o fato de Pavan ter sido chamado assim configura preconceito e que o caso

pode ir ao Conselho de Ética.

Para Virgílio, ou o governo retoma o respeito à oposição ou as votações na Casa serão prejudicadas.

Em aparte, Ideli Salvatti (PT-SC) disse que a afirmação sobre Pavan foi feita em contexto específico e que a questão pode ser esclarecida na Corregedoria do Senado.

No governo, PT adotou política neoliberal, critica César Borges

■ Para o senador, as promessas que ajudaram a eleger o presidente Lula não foram cumpridas

Em discurso ontem no Plenário, César Borges (PFL-BA) afirmou que o Partido dos Trabalhadores (PT) é muito diferente no governo do que era na oposição. O senador ressaltou que as promessas que ajudaram a eleger o presidente Luiz Inácio Lula da Silva – mais empregos, reforma agrária, investimento em saúde e educação, entre outras – não foram cumpridas e o governo, ao contrário, ado-



Fotos: Célio Azevedo

PRESSA "O povo cansou de esperar e precisa de resultados dessa administração", diz César Borges

tou uma política econômica de cunho neoliberal.

César Borges disse ainda que o PT está promovendo o

aumento da carga tributária, que atingiu neste ano mais de 38% do produto interno bruto (PIB). Ele acrescentou que o aumento da arrecadação deveria vir do aumento do consumo e não do crescimento das alíquotas. Além disso, observou, a arrecadação se concentra nas mãos do governo, deixando estados e municípios em situação difícil.

– O povo cansou de dar tempo, de esperar. Agora quer e precisa de resultados dessa administração. A esperança é a última que morre, mas também morre. Hoje o partido tem um discurso envelhecido, incoerente, que cada dia frustra mais o povo. Os eleitores não rece-

beram sequer uma explicação, um pedido de desculpas. Nada foi dito aos que tanto confiaram nas promessas de que bastaria vontade política para solucionar todos os problemas do país – assinalou.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) questiona como os membros do PT que foram guerrilheiros enfrentam hoje os militantes espontâneos, pessoas que acreditavam que o Brasil não ia para a frente porque "tudo que recebíamos era para pagar o FMI". Para Heráclito, o governo do PT, em dois anos, já pagou proporcionalmente mais ao Fundo Monetário Internacional do que os governos passados.



CRESCIMENTO Atuais recordes de arrecadação ocorrem porque a economia se recupera, lembra Ideli

Ideli: FHC promoveu o maior aumento de impostos

Ao rebater as críticas de que o governo estaria promovendo aumento de impostos, a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), disse que "sofrem de amnésia" os que defendem a

administração passada. Segundo afirmou, foi no governo anterior que ocorreu o maior aumento da carga tributária da história recente do país, subindo de 26% para 36% do produto interno bruto (PIB) no período.

Para Ideli, o mais grave é a injustiça tributária, em que quem recebe menos arca com um peso maior dos tributos. A senadora registrou que o movimento Feirão do Imposto, apesar de importante para chamar a atenção da população, não tem destacado a desigualdade sobre o peso dos tributos, inversamente proporcional à renda dos cidadãos.

A arrecadação está batendo recordes, segundo ela, porque a economia está se recuperando. Ideli advertiu que existem obstáculos para o avanço da reforma tributária, como a pressão dos governadores que não querem a unificação das alíquotas do ICMS para cinco faixas.



CONFRONTO Heráclito considera que as provocações de Ideli podem levar a oposição a obstruir votações

Líder do PT tem discurso autoritário, afirma Heráclito

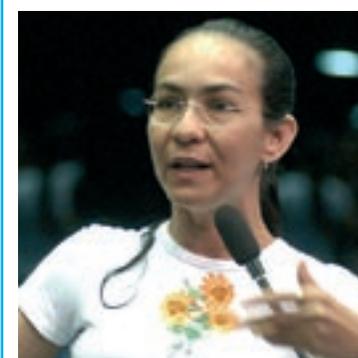
O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) classificou de provocativo o discurso da líder do PT, Ideli Salvatti. Ele fez a defesa do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, dizendo

que a administração passada optou por um modelo e pagou o preço por isso, enquanto o PT apropriou-se dele.

– Esta é uma Casa da moderação, do diálogo – ressaltou o senador, criticando o comportamento da líder, que evidencia, segundo ele, o viés autoritário desse governo.

Para Heráclito, as provocações contribuem para minar a autoridade do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP). O senador pelo Piauí ressaltou a importância da votação de assuntos como os destaques à reforma do Judiciário. "Para obstruir votação é muito fácil, é só começar e coçar", ironizou.

Em aparte, José Jorge (PFL-PE) lamentou o comportamento de Ideli, dizendo que seu discurso não deveria ocorrer no momento em que emendas importantes precisam ser votadas com um entendimento entre oposição e governo.



ESTRATÉGIA Heloísa: presidente usou "chavão" para desqualificar movimento de estudantes

Heloísa contesta avaliação de Lula sobre vaias em Alagoas

As declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre as manifestações de estudantes em Maceió no último fim de semana – durante discurso do presidente naquela capital – foram contestadas ontem pela senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), em Plenário. Ela explicou que não iria fazer uma avaliação de mérito "sobre as vaias, ovos e tomates" que foram atirados contra o presidente, mas condenou a análise e as frases proferidas por Lula sobre a manifestação dos jovens da capital alagoana.

– Não adianta atribuir a mim, nunca gastei ovo ou tomate com político. Nada tenho a ver com isso, mas posso dar um testemunho de reparação para minha querida Alagoas, estado que elegeu uma mulher, que não é da elite alagoana, para o Senado – declarou Heloísa.

Em sua opinião, o presidente Lula usou "chavão para dizer que as manifestações vinham de jovens oriundos das oligarquias alagoanas".

– Essa memória ambivalente tenta desqualificar o movimento de estudantes pela legitimação da existência de uma oligarquia – enfatizou.